

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2003

Senhores Acionistas

Em cumprimento as disposições estatutárias vigentes, a administração da FABRICA DA PEDRA S/A – FIAÇÃO E TECELAGEM submete a apreciação dos seus acionistas o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras.

As referidas informações, elaboradas em conformidade com a legislação societária, vem acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2003.

AS TENDÊNCIAS PARA 2004

Alguns sinais já são visíveis. A carteira de pedidos está em expansão, e a implementação das ações propostas no plano estratégico

para 2004 dará uma melhor performance no nosso parque industrial, que com aumento de sua capacidade de produção e redução de custos, contribuirá consideravelmente para enfrentar as oportunidades e a competitividade do mercado interno e externo.

Expressamos nossos agradecimentos aos funcionários, clientes e todos aqueles que colaboraram na construção de mais um ano de conquistas importantes para companhia.

Carlos Benigno Pereira Lyra Neto
 Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

	2003	2002	2003	2002
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e bancos	521	953		
Contas a receber de clientes	14.113	13.144		
Provisão para devedores duvidosos	(987)	(920)		
Estoques	12.036	8.557		
Impostos a recuperar	2.302	473		
Outras contas a receber	438	133		
Total do circulante	28.423	22.340		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Impostos a recuperar		1.206		
Impostos diferidos		1.306		
Empresas ligadas	1	29		
Depósitos judiciais	3.711	2.662		
Outras contas a receber	145	5		
Total do realizável a longo prazo	3.857	5.208		
PERMANENTE				
Investimentos	117	525		
Imobilizado	43.286	51.886		
Diferido	506	1.101		
Total do permanente	43.909	53.512		
TOTAL	76.189	81.060		
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	4.742	2.739		
Empréstimos, financiamentos e encargos	13.986	14.042		
Impostos, taxas e contribuições	1.011	1.560		
Provisão para férias e encargos sociais	441	525		
Outras contas a pagar	49	20		
Total do circulante	20.229	18.886		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Impostos diferidos	3.082	4.089		
Empréstimos e financiamentos	25.181	26.541		
Empresas ligadas	4.678	5.483		
Provisão para contingências	1.182	832		
Outras contas a pagar	1.075	13		
Total do exigível a longo prazo	35.198	36.958		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	45.816	45.816		
Reserva de capital	417			
Reserva de reavaliação	17.132	22.193		
Prejuízos acumulados	(42.603)	(42.793)		
Total do patrimônio líquido	20.762	25.216		
TOTAL	76.189	81.060		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital redução de imposto de Renda	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2002	45.816		24.850	(36.465)	34.201
Realização da reserva de reavaliação			(2.920)	2.920	
Realização dos impostos diferidos sobre reserva de reavaliação			263	(263)	
Prejuízo do exercício				(8.985)	(8.985)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	45.816		22.193	(42.793)	25.216
Ajustes de exercícios anteriores				(350)	(350)
Constituição de reserva de redução de imposto de renda		417		417	
Reversão da reserva de reavaliação e dos impostos diferidos			(3.015)	(3.015)	
Realização da reserva de reavaliação			(2.755)	2.755	
Realização dos impostos diferidos sobre reserva de reavaliação			709	(709)	
Prejuízo do exercício				(1.506)	(1.506)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	45.816	417	17.132	(42.603)	20.762

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por objetivo a fabricação de fios, tecidos e confecções, podendo ainda atuar no beneficiamento de algodão, prestação de serviços e participação no capital de outras empresas. Os principais produtos ofertados ao mercado são: fios, tecidos cru e acabado.

Localizada na cidade de Delmiro Gouveia no estado de Alagoas, a Companhia é dotada da mais avançada tecnologia de ponta disponível no mercado internacional e vive em constante trabalho de pesquisa e controle de qualidade. A produção básica é de tecidos para cama e mesa, sendo uma das líderes no mercado nacional, e sua produção destina-se, principalmente, para a cidade de São Paulo.

A Companhia vem apresentando prejuízos ao longo dos últimos quatro exercícios, devido às dificuldades em que se encontram o setor têxtil e a lenta recuperação da economia nacional. Apesar do ano de 2003 ter sido um ano adverso, foram apresentadas algumas melhorias nas operações, tendo sido obtido um crescimento de 30% nas vendas, contra apenas 18% nos custos. Para o exercício de 2004, serão implementadas certas ações que permitam a melhor performance do parque industrial através do aumento da capacidade de produção e redução de custos, o que contribuirá para a competitividade do mercado interno e externo. Aliado a esses eventos, a administração entende que os acionistas proverão os recursos necessários para manutenção das operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e consoante os seguintes principais critérios contábeis:

a) Contas a receber de clientes
 São registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

b) Provisão para devedores duvidosos
 É constituída com base em análise e avaliação por parte da administração, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

c) Estoques
 São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, se necessário, ao valor de mercado.

d) Imobilizado
 É registrado ao custo de aquisição, construção, reavaliação, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na nota explicativa no 8.

e) Diferido
 É demonstrado pelos gastos pré-operacionais e com modernização, sendo amortizados a taxa de 10% ao ano, a partir do início das operações.

f) Passivo circulante e exigível a longo prazo
 São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

g) Receitas e despesas
 São reconhecidas pelo regime de competência.

h) Uso de estimativas
 A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os principais valores estimados são: provisão para devedores duvidosos, depreciação e provisão para contingências, e podem ser diferentes dos efetivamente apurados.

3. IMPOSTO DE RENDA

A Companhia goza do incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante das operações com fios de algodão e tecidos.

Os valores relativos à isenção do imposto de renda são registrados a débito do resultado do exercício e a crédito de conta específica de reserva de capital, no patrimônio líquido.

4. ESTOQUES

	2003	2002
	R\$ mil	R\$ mil
Produtos acabados	7.228	4.535
Matérias primas	2.672	693
Matérias de embalagem e almoxarifado	1.881	2.684
Materiais em poder de terceiros	255	645
Total	12.036	8.557

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2003	2002	Realizável a longo prazo
	Circulante	Circulante	R\$ mil
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
IRRF sobre aplicações financeiras	1.106	151	1.206
ICMS sobre aquisições de imobilizado	206	185	
ICMS a recuperar	920	114	
Outros	70	23	
Total	2.302	473	1.206

5. IMPOSTOS DIFERIDOS

	2003	2002	Exigível a longo prazo
	Exigível a longo prazo	Realizável a longo prazo	Exigível a longo prazo
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Imposto de renda	1.263	518	1.724
Contribuição social	1.819	788	2.365
Total	3.082	1.306	4.089

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no realizável a longo prazo, foram calculados sobre o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa da contribuição social. A administração decidiu, conservadoramente, estornar o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no exigível a longo prazo, foram calculados sobre o valor de constituição da reserva de reavaliação, levando-se em consideração os incentivos fiscais existentes.

7. EMPRESAS LIGADAS

Os saldos das transações com as empresas do Grupo não são atualizados monetariamente, não estão suportados por contratos de mútuo e são demonstrados como segue:

	2003	2002
	Realizável a longo prazo	Realizável a longo prazo
	R\$ mil	R\$ mil
PROFERTIL S.A.		2.829
USINA CAETÉ S.A.	4.678	2.654
Outros	1	29
Total	1	5.483

A Companhia até o exercício de 2003, utilizou-se de créditos de IPI sub judice de outras empresas do mesmo grupo controlador no montante de R\$ 2.409 mil (2002, R\$ 1.600 mil). O Contrato de Transferência de Crédito de IPI prevê que a empresa de origem do crédito transferido assumirá todas e quaisquer responsabilidades, em vias administrativa ou judicial, pelo recolhimento do tributo, caso seja julgada improcedente a demanda sobre o IPI.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	2003	2002
	R\$ mil	R\$ mil
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	57.440	43.961
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(6.668)	(4.993)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	50.772	38.968
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(39.932)	(33.005)
LUCRO BRUTO	10.840	5.963
DESPESAS OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas	(2.083)	(2.346)
Vendas	(3.849)	(3.439)
Provisão para devedores duvidosos	(67)	(495)
Honorários dos administradores	(60)	(60)
Despesas financeiras, líquidas	(3.400)	(6.166)
Depreciações e amortizações	(886)	(1.767)
Outras despesas operacionais, líquidas	(441)	(895)
Total	(10.786)	(15.168)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	54	(9.205)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(387)	(43)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(333)	(9.248)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Isenção	(417)	
Corrente	(159)	
Diferido	(597)	263
Total	(1.173)	263
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.506)	(8.985)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$	(59,97)	(357,80)

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	2003	2002
	R\$ mil	R\$ mil
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações sociais		
Prejuízo do exercício	(1.506)	(8.985)
Despesas que não afetam o capital circulante líquido		
Depreciações e amortizações	6.508	7.694
Valor residual do ativo permanente baixado	435	245
Redução de imposto de renda	417	
Reversão (constituição) de impostos diferidos ativos	597	(263)
Variações monetárias líquidas e encargos sobre o longo prazo	341	1.326
Ajuste de exercício anterior	(350)	
Total das operações	6.442	17
Transferência do ativo realizável a longo prazo para o ativo circulante	1.206	
Transferência do passivo circulante para o exigível a longo prazo	1.062	
Diminuição do realizável a longo prazo	33	1.726
Aumento do exigível a longo prazo	350	2.814
Total das origens	9.093	4.557
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aumento do realizável a longo prazo	1.194	2.391
Aumento do imobilizado	653	741
Diminuição do saldo a pagar a empresas do grupo	805	
Transferência do exigível a longo prazo para o passivo circulante	1.701	1.790
Total das aplicações	4.353	4.922
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	4.740	(365)
REPRESENTADO (A) POR:		
Ativo circulante		
No final do exercício	28.423	22.340
No início do exercício	22.340	21.778
Aumento	6.083	562
Passivo circulante:		
No final do exercício	20.229	18.886
No início do exercício	18.886	17.959
Aumento	1.343	927
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	4.740	(365)

8. IMOBILIZADO

	2003			2002		Taxa anual de depreciação
	Custo corrigido	Custo reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Valor líquido	%
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	
Terrenos	3.008			3.008	3.008	
Prédios e construções	7.782		(3.193)	4.589	4.589	4
Máquinas e equipamentos industriais	36.143	25.268	(27.236)	34.175	34.175	10
Móveis e utensílios	808		(517)	291	291	20
Veículos	533		(367)	166	166	10
Instalações	1.107		(533)	574	574	20
Equipamentos de computação	787		(537)	250	250	
Outros	233			233	233	
Total	50.401	25.268	(32.383)	43.286	43.286	

No exercício de 2003, em função da desativação de certos ativos, e em atendimento a Deliberação CVM n° 183 de 19 de junho de 1995, referendada pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, a administração decidiu conservadoramente, proceder a reversão parcial da reserva de reavaliação correspondente a essas máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 3.313 mil (R\$ 3.015 mil, líquido dos impostos e contribuições).

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

	2003	2002
	R\$ mil	R\$ mil
Em moeda estrangeira		
Financiamento de importação - variação e juros variáveis de 2,34% a 2,57% (2002, 4,02% a 11,95%) ao ano	2.292	4.244
Em moeda nacional		
Capital de giro - variação do CDI e juros de 0,7% ao mês		507
Finame - juros variáveis de 3,5% a 4% ao ano acima da TJLP	1.954	887
Projetos - juros variáveis de 3,5% a 4% ao ano acima da TJLP	11.505	13.411
BNB - Subjude - variação da ANBID e juros de 5% ao ano (1)	22.909	22.041
Total	39.167	40.583
Passivo circulante	(13.986)	(14.042)
Exigível a longo prazo	25.181	26.541

(1) A Companhia está questionando judicialmente a atualização monetária e juros de contrato de financiamento, e passou a atualizar o passivo com base no seu pleito judicial mantendo uma provisão no montante de R\$ 11.123 mil, que corresponde a atualização monetária pelos índices contratuais e que deverá ser revertido ao final do processo em caso de decisão favorável. A partir de decisão judicial em 1ª instância, a Companhia passou a proceder a atualização monetária e efetuar depósitos judiciais mensais com base em determinação judicial. Os depósitos judiciais efetuados até 31 de dezembro de 2003 foram de R\$ 3.678 mil (2002, R\$

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2003	2002
	R\$ mil	R\$ mil
IPI	832	832
Trabalhistas e cíveis	350	
Total	<u>1.182</u>	<u>832</u>

Crédito IPI

A Companhia mantém provisão para crédito de IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, registrado em 31 de dezembro de 1999, decorrente de aquisição de matéria-prima e materiais de embalagem com base na Lei 9.779 artigo 11 de 19 de janeiro de 1999. A administração baseada na opinião dos seus advogados, entende que a provisão constituída é suficiente para suportar eventuais perdas nesse processo.

Processos trabalhistas e cíveis

A Companhia possui diversos processos judiciais decorrentes de reclamações formuladas por parte de ex-empregados. A administração registrou em 2003, a débito de lucros acumulados a provisão para fazer face às perdas classificadas como prováveis pelos seus assessores jurídicos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, é de R\$ 45.816 mil, dividido nas seguintes classes de ações:

	Quantidade de ações
Ações ordinárias	23.195.159
Ações preferenciais	
- Classe "A"	99.736
- Classe "B"	9.546
- Classe "C"	16.071
- Classe "D"	48.356
- Classe "E"	1.743.356
Total das ações preferenciais	1.917.065
Total das ações	<u>25.112.224</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam das seguintes vantagens e direitos:

Classe "A"

Prioridade de recebimento de um dividendo fixo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor do capital atribuído a estas ações e tem direito de

participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros.

Classe "B"

Participação dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros.

Classes "C" e "D"

Prioridade na distribuição de um dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor do capital atribuído a estas ações e prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

Classe "E"

Resgatáveis num prazo máximo de até 12 (doze) anos sem redução do capital social, mediante constituição de reservas de resgate formada com base em 15% calculado sobre o lucro anual ajustado e dividendos fixos prioritários não cumulativos de 0,1% do lucro líquido ajustado, respeitada a preferência das demais classes.

O estatuto social prevê a seguinte destinação para os lucros auferidos em cada exercício, após aprovação por Assembléia Geral Ordinária:

. 5% para constituição de fundo de reserva legal, o qual não poderá ultrapassar o limite de 20% do valor do capital social;

. 2% para distribuição aos empregados da Companhia, por decisão do Conselho de Administração;

. 10% para gratificação à administração da Companhia;

. 25%, ajustado na forma da Lei 6.404/76, para distribuição de dividendos aos acionistas.

. 15% para a constituição da reserva estatutária de resgate de ações preferenciais classe "E".

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e da contribuição social que afetaram o resultado no exercício são demonstrados como segue:

	2003
	R\$
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(333)
Aliquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de legislação	113
Ajustes ao prejuízo exercido:	
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos	(597)
Imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação	(936)
Outros	247
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(1.173)</u>

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Fábrica da Pedra S.A. - Fiação e Tecelagem
Delmíro Gouveia - AL

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Fábrica da Pedra S.A. - Fiação e Tecelagem, levantados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. A Companhia está questionando judicialmente, o índice de atualização monetária do empréstimo junto ao Banco do Nordeste do Brasil e não vem procedendo o registro dos encargos com base neste índice e sim conforme pleiteado judicialmente. Este procedimento está em desacordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil, especificamente relacionadas ao princípio do conservadorismo que estabelece que tal diferença somente poderá deixar de ser reconhecida contabilmente, quando do trânsito em julgado da sentença judicial favorável a Companhia. Os efeitos desse assunto estão mencionados na nota explicativa nº 9.

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo 3, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fábrica da Pedra S.A. - Fiação e Tecelagem em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios baseado na recuperação do valor investido através de suas atividades e/ou no aporte de recursos dos acionistas controladores, logo, não foram constituídas provisões para perdas na recuperação de certos ativos e/ou constituição de certos passivos que são requeridos em tal situação.

Salvador, 10 de março de 2004

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditor Independente
CRC 2 SP Nº 011.609/O-8-S "AL"

José Othon Tavares de Almeida
Contador
CRC BA Nº 013.212/O - S "AL"

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2003, prejuízos fiscais no montante de R\$ 24.088 mil (2002, R\$ 24.882 mil) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 22.831 mil (2002, R\$ 23.625 mil).

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e dos títulos a receber. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Sociedade monitora as contas a receber de clientes, cortando o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos. No caso de cliente o risco de crédito é mínimo devido à qualidade da carteira e do histórico de inadimplência.

. Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado (principalmente TJLP ou IGPDI).

. Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de câmbio, em função dos saldos de empréstimos e financiamentos atrelados aos mesmos, que em 31 de dezembro de 2003 montavam R\$ 2.292 mil (2002, R\$ 4.244 mil) os quais não estão cobertos por "hedge".

. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis, registrados em operação com empresas do grupo e empréstimos e financiamentos, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não tem sido prática da Companhia operar com derivativos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nancy Virginia K. Lyra - Presidente
CPF(MF) 002.651.014-68
Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias - Vice-Presidente
CPF(MF) 140.136.144-72
Leila Soriano Lyra - Conselheira
CPF(MF) 802.942.604-63

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto - Diretor Presidente
CPF(MF) 003.328.604-34
Nancy Virginia K. Lyra - Diretora Vice-Presidente
CPF(MF) 002.651.014-68
Robert Carlos Lyra - Diretor Superintendente
CPF(MF) 133.813.344-68
Fernando Lopes de Farias - Diretor Gerente
CPF(MF) 068.244.044-20
Joaquim Eduardo Lyra de Castro - Diretor
CPF (MF) 027.761.384-15

MOACIR DA ROCHA BASTOS
Sup. Controladoria
CPF 027.750.934-34 - CRC. 1997 - AL

DURVAL VIEIRA ALVES
Contador
CPF 241.158.864-04 - CRC. 3947 - AL